

ANEXO I
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
(considerando atualizações até 10/10/2025)

Referências

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS AMBIENTAIS

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas alterações: artigo 23, artigo 37, artigo 41, artigo 170, artigo 225, artigo 231. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
- Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e suas alterações - Lei de acesso à informação: artigos 1º ao 8º, artigos 10 ao 12, artigo 21 e artigo 31. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
- Lei Estadual nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 e suas alterações - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de SP: artigos 3º ao 12, artigos 241 ao 243, artigos 245 ao 247, artigo 249, artigos 251 ao 257, artigo 260, artigos 268 ao 271, artigo 273. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10261-28.10.1968.html>
- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto 1981 e suas alterações – Política Nacional do Meio Ambiente: artigos 1º ao 17-C. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938comilada.htm
- Lei Estadual nº 9.059, de 20 de março de 1997 e suas alterações – Política Estadual do Meio Ambiente: artigos 6º ao 26. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1997/lei-9509-20.03.1997.html>

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

- Decreto Estadual 64.456 de 10 de setembro de 2019 alterado pelo Decreto Estadual 69.584, de 5 de junho de 2025 - Procedimento de apuração de infrações ambientais e imposição de sanções: artigos 1º ao 46. Disponível em :
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2019/decreto-64456-10.09.2019.html> e https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2025/decreto-69584-05.06.2025.html#:_text=Altera%20o%20Decreto%20n%C2%B0,Adequado%20dos%20Recursos%20Naturais%20D%20SEAQUA%2C
- Resolução Estadual SIMA nº 05, de 18 de janeiro de 2021, alterada pela Resolução SIMA nº 44, de 20 de maio de 2022, pela Resolução SEMIL nº 21, de 28 de fevereiro de 2024 e pela Resolução SEMIL nº 018, de 29 de março de 2025 - Condutas infracionais ao meio ambiente e sanções administrativas: artigos 1º ao 22, artigo 78, artigos 93 ao 94, artigos 100 ao 108. Disponível em:
https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/sites/262/2022/07/2021resolucao_simasima_005_2021.pdf,
https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/sites/262/2022/08/resolucao_simasima_044_2022.pdf,
<https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/sites/5/2024/04/RESOLUCAO-SEMIL-021-2024-PAGINA-60.pdf> e
<https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/sites/5/2025/04/RESOLUCAO-SEMIL-018-2025.pdf>
- Lei federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 até alteração pela Lei 14.944, de 31 de julho de 2024 – Código Florestal: artigos 35 ao 38, artigo 51, artigo 69. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm
- Resolução Estadual SMA nº 92, de 23 de julho de 2018 - Projeto de Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites - MAIS: artigos 1º ao 9º. Disponível em:
<https://semil.sp.gov.br/legislacao/2022/07/resolucao-sma-092-18/>

BIODIVERSIDADE

- Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 até alteração pela Lei nº13.688, de 2018 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC): artigos 1º ao 5º, artigos 7º ao 8º, artigo 14, artigos 22 oa 22-A, artigos 24 ao 31. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm
- Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 até alteração pela Lei 12.651, de 2012 – Utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica: artigos 1º, 2º, artigo 4º (caput. e § 2º), artigos 5º ao 7º. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm
- Lei Estadual nº 13.550, de 02 de junho de 2009 até alteração pela Lei 16.924, de 2019 – Utilização e proteção do bioma Cerrado: artigos 2º, 5º ao 9º. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/alteracao-lei-13550-02.06.2009.html>
- Lei federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 até alteração pela Lei 14.944, de 31 de julho de 2024 – Código Florestal: artigos 1º ao 11. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm
- Decreto estadual nº 66.549, de 7 de março 2022 e suas alterações – Política e Programa Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais: artigos 1º ao 5º, artigos 8º ao 22. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2022/decreto-66549-07.03.2022.html>
- Resolução SMA nº 32, de 3 de abril de 2014 alterada pela Resolução SIMA nº 73, de 16 de setembro de 2020 – Orientações, diretrizes e critérios sobre restauração ecológica em SP: artigos 1º ao 8º. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/wp-content/uploads/sites/32/2019/05/Resolução-SMA-nº-32-2014.pdf>

USO E MANEJO DA FAUNA SILVESTRE

- Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 20 de setembro de 2011 - Manejo de passeriformes da fauna silvestre brasileira: artigos 6º ao 12, artigo 32, artigos 35 ao 39, artigos 40 ao 41, artigos 48 ao 51, artigos 54 ao 57, artigo 64. Disponível em:
instrucao_normativa_n_10_de_20_setembro_2011.pdf.
- Resolução CONAMA nº 489, de 26 de outubro de 2018 - Categorias de atividades ou empreendimentos e critérios para a autorização de uso e manejo, em cativeiro, da fauna: artigo 1º, artigos 5º ao 11, artigos 18 ao 20. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/47542644/do1-2018-10-29-resolucao-n-489-de-26-de-outubro-de-2018-47542603
- Resolução SEMIL nº 09/2025 - Manejo da fauna silvestre e fauna exótica: artigo 1º, artigo 2º (exceto parágrafos 2º e 5º), artigo 3º, artigo 17, artigos 27 e 28.
<https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/sites/5/2025/02/RESOLUCAO-SEMIL-009-2025.pdf>.
- Resolução SIMA nº 115, de 21 de dezembro de 2022 - Autorização de Manejo in Situ de animais silvestres: artigos 1º ao 4º, artigos 6º ao 18, artigo 22, artigos 29 ao 32.
https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/sites/262/2022/12/resolucao_simasima_115_2022.pdf.
- Resolução Conjunta SEMIL/SES nº 01, de 26 de junho de 2023 – Febre maculosa: Anexo Único: Introdução, Definições, Medidas de Manejo de Capivaras, Medidas de Manejo Ambiental.
<https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/sites/5/2024/05/RESOLUCAO-CONJUNTA-SEMIL-SES-01-2023-PAGINAS-35.36.37.38.39.pdf>.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, 1992: "Introdução" e "Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global". Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509141/educacao_ambiental_1ed.pdf (páginas 16 a 18).
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas alterações: artigo 225 (caput e inciso VI do parágrafo 1º). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA: artigos 1º ao 4º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm
- Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, 3ª Edição, 2005: Diretrizes (páginas 33 a 35). Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf
- Política Estadual de Educação Ambiental - Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007: artigos 5º, 9º, 14 ao 22. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2007/lei-12780-30.11.2007.html>
- Programa Estadual de Educação Ambiental – ProEEA – Decreto nº 69.581, de 05 de junho de 2025: artigos 1º, 4º ao 6º, 8º. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2025/decreto-69581-05.06.2025.html>
- Resolução SMA nº 187, de 19 de dezembro de 2018 - Definição das linhas de atuação e princípios gerais para ações de educação ambiental no Sistema Ambiental Paulista: íntegra. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/legislacao/2022/07/resolucao-sma-187-18/>.

PLANEJAMENTO AMBIENTAL

- Decreto nº 67.430, de 30 de dezembro de 2022 - Zoneamento Ecológico-Econômico no Estado de São Paulo (ZEE-SP): íntegra (exceto anexo II). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2022/decreto-67430-30.12.2022.html>
- Lei nº 10.019, de 03 de julho de 1998 - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, atualizado até a Lei nº 15.688, de 28 de janeiro de 2015: artigos 1º ao 19. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10019-03.07.1998.html>
- Relatório De Qualidade Ambiental (RQA) 2024: Abordagem e Introdução (páginas 23 e 30 a 31); e Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo – DataGEO (capítulo 4.10 - páginas 346 a 348). Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2025/06/RQA_2024_online-att_1.pdf
- Nota Técnica Sobre a Redezee - SP 2022: Introdução, RedeZEE-SP e Objetivos (páginas 1 a 3). Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/consema/sites/15/2022/08/c7_nota_tecnica_redezee-sp_consema.pdf
- Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática (PEARC): Objetivo e Estrutura (páginas 53 a 59). Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2025/06/PEARC-Junho-de-2025-Digital-Exibicao-configurada-para-pagina-dupla.pdf>
- Resolução SEMIL nº36, de 31 de março de 2024 - Programa Município VerdeAzul – PMVA: íntegra, exceto anexos. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/sites/5/2024/04/RESOLUCAO-SEMIL-036-2024.pdf>

RECURSOS HÍDRICOS

- Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991 Política Estadual de Recursos Hídricos: artigos 1º ao 10º; artigo 14; artigos de 16 a 20; artigo 22 a 30. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7663-30.12.1991.html>

- Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 Política Nacional de Recursos Hídricos: artigos 5º ao 23; art 25 a 27; artigos 32 a 33. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm
- Lei nº 10.020, de 03 de julho de 1998: artigo 4º - Autoriza o Poder Executivo a participar da constituição de Fundações Agências de Bacias. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10020-03.07.1998.html>
- Decreto nº 48.896, de 26 de agosto de 2004: Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO: artigo 6º ao 9º; artigos 12 ao 13. (Alterado pelos decretos nº 62.676, de 07 de julho de 2017: Art. 1 – Incisos IV a V, art 2 incisos III a V, e nº 65.499, de 04 de fevereiro de 2021: Art 1 – Inciso III). Disponíveis em
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48896-26.08.2004.html>
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2017/decreto-62676-07.07.2017.html>
<http://al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2021/decreto-65499-04.02.2021.html>
- Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005: artigos 1º ao 8º. Cobrança pela utilização dos recursos hídricos. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2005/lei-12183-29.12.2005.html>
- Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006: artigos 14 ao 19. Regulamenta dispositivos da Lei 12.183, de 2005, que trata da cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50667-30.03.2006.html>
- Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 e suas alterações: artigos 3º ao 6º. Classificação dos corpos d’água. Disponível em:
https://conama.mma.gov.br/?id=450&option=com_sisconama&task=arquivo.download
- Deliberação CRH nº266 de 28 de abril de 2022: artigos 2º e 3º. Diretrizes para água de reuso. Disponível em: https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation/CRH/22061/delib-crh-266_reuso_2022.pdf

AGRICULTURA

- Lei Federal Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Agricultura Familiar: íntegra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm
- Decreto Federal Nº 9.064, de 31 de maio de 2017 - Agricultura Familiar: íntegra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm
- Decreto Federal Nº 10.688, de 26 de abril de 2021 - Agricultura Familiar: íntegra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/decreto/d10688.htm
- Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 até alteração pela Lei 14.944, de 31 de julho de 2024 - Código Florestal: artigos 3º, 4º, 12, 15, 17, 29, 30, 61A, 66, 67 e 68. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm
- Lei Estadual nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015 - Regularização Ambiental: íntegra (última atualização: ADI-TJSP nº 2100850-72.2016.8.26.0000, de 19/05/2016). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2015/lei-15684-14.01.2015.html>
- Decreto Estadual Nº 64.842, de 05 de março de 2020 - Regularização Ambiental: íntegra. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64842-05.03.2020.html>
- Decreto nº 65.182, de 16 de setembro de 2020 - Programa Agro Legal: íntegra. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-65182-16.09.2020.html>

- Lei Estadual nº 16.684, de 19 de março de 2018 - Agroecologia e Produção Orgânica: íntegra. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16684-19.03.2018.html>